



214 :
02

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

Sétima Câmara Cível

Recurso de Agravo Nº: 194918-2/01 - 1ª Vara de Sucessões e Registro Público da Capital

Agravante(s): Estado de Pernambuco

Agravado(s): Emília Rohrllich Edelman

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

5532

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. PROGRESSIVIDADE DE ALÍQUOTAS. RESTRIÇÃO AOS TRIBUTOS TAXATIVAMENTE ELENCADOS NA VIGENTE CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INAPLICABILIDADE DO INSTITUTO AO IMPOSTO TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS. ENTENDIMENTO DOMINANTE NESTA CORTE DE JUSTIÇA. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Consoante bem explicitado pelo Magistrado *a quo*, ao imposto de transmissão *causa mortis* e doação, ante o seu nítido e expreso caráter real, não incidem as regras pertinentes à progressividade de alíquotas, aplicáveis tão somente aos tributos taxativamente elencados pela Constituição Federal, dentre os quais não se inclui o imposto em apreço, razão pela qual razão assistiu ao Juízo monocrático ao homologar os cálculos dos autos do inventário à razão de 4% (quatro por cento), eis que nada mais fez senão aplicar o direito ao caso concreto.

2. Indiscutível, pois, que, aplicar-se à hipótese dos autos o disposto na Lei Estadual nº 10.260/89, alterada pela Lei Estadual nº 11.413/96, corresponde a negar vigência à literalidade das normas constitucionais que regulam o instituto da progressividade dos tributos.

3. O entendimento ora esposado é dominante nesta Corte de Justiça, sendo certo que, diferentemente do que quer fazer crer o ora agravante, para que seja negado seguimento a recurso com fulcro no disposto no caput do artigo 557 do Código de Processo Civil não se requer que haja unicidade de entendimentos, mas dominância, ou seja, que, majoritariamente, o Tribunal *ad quem* decida em um determinado sentido, o que, na hipótese em apreço, é o que ocorre neste Egrégio TJPE, o que, desde já, autoriza o *decisum* ora vergastado.

5. A unanimidade de votos negou-se provimento ao presente recurso.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

215

02

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo nº 194918-2/01, da Comarca de Recife, em que figuram, como agravante, o Estado de Pernambuco e como agravado, Emília Rohrllich Edelman,

Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, unanimemente, em negar provimento ao presente recurso em análise, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 09 de fevereiro de 2010.

Presidente

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



22

216

02

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

Sétima Câmara Cível

Recurso de Agravo Nº: 194918-2/01 - 1ª Vara de Sucessões e Registro Público da Capital

Agravante(s): Estado de Pernambuco

Agravado(s): Emília Rohrlisch Edelman

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de agravo interposto pelo Estado de Pernambuco em face do Espólio de Leopoldo Rorlich, impugnando decisão terminativa proferida pela Relatoria nos autos do Agravo de Instrumento nº 194918-2, em apenso, interposto pelo ora agravante.

A decisão questionada (fl. 35/39 dos autos em apenso), negou seguimento ao Agravo de Instrumento, sob o argumento de que o mesmo mostrava-se manifestamente em confronto com a jurisprudência majoritária dessa Corte de Justiça.

O Agravo de Instrumento exsurgiu em face de decisão (fl. 28 dos autos em apenso) da lavra do Juiz de Direito da 1ª Vara Privativa de Sucessões e Registros Públicos da Capital, que, nos autos da Ação de Inventário dos bens deixados em decorrência do falecimento do Sr. Leopoldo Rorlich, tombada sob o nº 001.1999.604265-3, homologou os cálculos relativos ao imposto de transmissão *causa mortis*, fazendo aplicar a alíquota de 4% (quatro por cento).

Aduz, em síntese:

1) Que o agravo de instrumento por ele interposto não é manifestamente improcedente, nem sequer se encontra em manifesto confronto com Jurisprudência deste Tribunal de Justiça, razão pela qual, sustenta, incabível a negativa de seguimento ao Agravo de Instrumento por ele interposto com fulcro no *caput* do artigo 557 do Código de Processo Civil;

2) Que esta Corte de Justiça possui tão somente alguns julgados esparsos que abordam o tema da progressividade do imposto de transmissão *causa mortis*, os quais não possuem o condão de firmar jurisprudência apta a ensejar a negativa de seguimento a recurso;



217

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

02

Ao final, pugna pela retratação da decisão requestada, para que se dê regular processamento ao agravo de instrumento e, caso assim não entenda esta Relatoria, seja o presente levado a julgamento perante a Câmara competente.

É o que de relevante se tem a relatar.

Recife, 20 de fevereiro de 2010.



Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



218

02

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

Sétima Câmara Cível

Recurso de Agravo Nº: 194918-2/01 -- 1ª Vara de Sucessões e Registro Público da Capital

Agravante(s): Estado de Pernambuco

Agravado(s): Emília Rohrlisch Edelman

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

VOTO

Mantenho a mesma persuasão que me serviu de esteio ao proferir a decisão ora vergastada, ante as argumentações a seguir expendidas.

Consoante bem explicitado pelo Magistrado *a quo*, ao imposto de transmissão *causa mortis* e doação, ante o seu nítido e expresso caráter real, não incidem as regras pertinentes à progressividade de alíquotas, aplicáveis tão somente aos tributos taxativamente elencados pela Constituição Federal, dentre os quais não se inclui o imposto em apreço, razão pela qual razão assistiu ao Juízo monocrático ao homologar os cálculos dos autos do inventário à razão de 4% (quatro por cento), eis que nada mais fez senão aplicar o direito ao caso concreto.

Indiscutível, pois, que, aplicar-se à hipótese dos autos o disposto na Lei Estadual nº 10.260/89, alterada pela Lei Estadual nº 11.413/96, corresponde a negar vigência à literalidade das normas constitucionais que regulam o instituto da progressividade dos tributos.

Nesse sentido, leia-se a farta jurisprudência desta Corte de Justiça que, ao longo dos anos, vem se mantendo uníssona no sentido da não progressividade do ICD.

"EMENTA: CONSTITUCIONAL e TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO (ICD). NATUREZA. COBRANÇA. PROGRESSIVIDADE. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. DECISÃO INDISCREPANTE.- A Constituição Federal adotou o sistema de progressividade de alíquotas para hipóteses taxativamente elencadas, enumerando, expressamente, quais os impostos a serem exigidos dessa maneira, excluindo desse delimitado âmbito o ICD, que não possui caráter pessoal.- Os impostos de natureza real e proporcional, a exemplo do ICD, não se submetem ao princípio da graduação tributária, isto é, a uma escala de alíquotas variável consoante a capacidade econômica do contribuinte.- A Lei Estadual nº 11.413/96 não contempla como teto tributável o



24

219

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

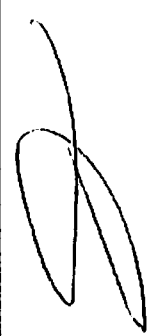
02

valor de cada quinhão hereditário, mas determina que o ICD seja calculado e cobrado, progressivamente, de acordo com o valor total dos bens e direitos transmitidos ou doados. Vício de inconstitucionalidade. Precedentes do TJPE.- À unanimidade de votos, deu-se provimento ao agravo de instrumento interposto." (Agravo de Instrumento 110322-6. Recife. Relator: Jones Figueiredo. Quarta Câmara Cível. Data Julgamento: 13/1/2005 14:00:00. Publicação: Nº DJ: 23 Data da Publicação: 2/2/2005.)

"EMENTA: CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. ICD - IMPOSTO DE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÕES. ALÍQUOTAS. PROGRESSIVIDADE. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AGRAVO IMPROVIDO. A rejeição à aplicação de normas estaduais que sistematizam a progressividade de alíquotas para a cobrança do ICD é matéria pacificada perante este TJ/PE, cujas iterativas decisões flagram a ausência desse imposto, dada sua natureza real e proporcional, no elenco dos tributos que podem ser exigidos de forma progressiva à luz da Constituição Federal."

(Agravo de Instrumento 72904-2. Recife. Relator: Fernando Ferreira. Primeira Câmara Cível. Data Julgamento: 17/8/2004 14:00:00. Publicação: Nº DJ: 197 Data da Publicação: 23/10/2004)

"EMENTA: TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO PELA QUAL, NOS AUTOS DE INVENTÁRIO, PROCEDEU-SE AO JULGAMENTO DOS CÁLCULOS DO IMPOSTO DE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO (ICD) DEIXANDO DE APLICAR AO TRIBUTO O INSTITUTO DA PROGRESSIVIDADE DAS ALÍQUOTAS, POR ENTENDER A LEI ESTADUAL Nº 11.413/96 (QUE ALTEROU A LEI Nº 10.260/89) EIVADA DE INCONSTITUCIONALIDADE, BEM COMO DE ILEGALIDADE. - O ELENCO DE IMPOSTOS, CONSTANTE DA VIGENTE CARTA MAGNA, QUE, POR SEU CARÁTER DIRETO E PESSOAL, PODEM SER COBRADOS POR MEIO DE ALÍQUOTAS PROGRESSIVAS É TAXATIVO, NÃO SENDO, EM VIRTUDE DISSO, POSSÍVEL APLICAR O INSTITUTO DA PROGRESSIVIDADE AO ICD, QUE NÃO CONSTA DAQUELA RELAÇÃO. - AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. O elenco de impostos, constante da Constituição Federal de 1988, que, por terem caráter direto e pessoal, podem ser cobrados por meio de alíquotas progressivas é taxativo, não sendo, em virtude disso, possível aplicar o instituto da progressividade ao ICD, que não consta daquele rol. 2. Não integrando o ICD aquela listagem taxativa, não é juridicamente viável aplicar-se a ele os critérios de progressividade defendidos pelo Estado de Pernambuco. Ademais, não é razoável adotar o valor pecuniário dos bens transmitidos como parâmetro de presunção absoluta (juris et de jure) da capacidade contributiva do sucessor, devendo-se, efetivamente, levar em consideração a capacidade financeira



25
220

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

02

global do contribuinte, avaliando-se, para tal, seu patrimônio, seus rendimentos e atividade econômica. 3. Não possuindo o tributo em tela caráter pessoal, não se deve submetê-lo ao princípio da graduação tributária, ou seja, a uma escala de alíquotas que guarde proporcionalidade à capacidade contributiva individual.

(Agravado de Instrumento 0237-4. Recife. Relator: Eduardo Augusto Paurá Peres. Terceira Câmara Cível. Data Julgamento: 17/6/2003 09:00:00. Publicação: Nº DJ: 175 Data da Publicação: 16/9/2003)

"EMENTA: CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPOSTO DE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS. ALÍQUOTA PROGRESSIVA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO CONSTITUCIONAL. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. A progressividade em matéria tributária pressupõe explícita autorização constitucional."

(Agravado de Instrumento 87845-1. Recife. Relator Frederico Ricardo de Almeida Neves. Quarta Câmara Cível. Data Julgamento: 19/8/2004 14:00:00. Publicação: Nº DJ: 12 Data da Publicação: 18/1/2005)

"EMENTA: Constitucional e Tributário. Agravo de Instrumento. Inventário. Liquidação do Imposto de transmissão causa mortis. Preliminar de Ilegitimidade Passiva de Parte e Nulidade da Decisão, levantadas respectivamente pelo Espólio agravado e pelo Estado agravante. Rejeição. Recurso improvido. Preliminares: a) ILEGITIMIDADE PASSIVA DE PARTE - Inexiste fomento jurídico a resguardar a preliminar de ilegitimidade, suscitada pelo agravado, porquanto, fundada em premissa de que não concorrera para a efetuação do cálculos impugnados. O Espólio é parte integrante no feito, cabendo-lhe pela relação processual preestabelecida figurar no pólo passivo recursal. Preliminar rejeitada, à unanimidade. b) NULIDADE DO DECISUM - A questão prejudicial de mérito apontada pelo Agravante não prospera em razão de a homologação de cálculos, na ação de inventário, carecer do formalismo inerente à estrutura sentencial. Precedentes jurisprudenciais, a exemplo do REsp nº 53522/SP do STJ. Preliminar, também, rejeitada indiscrepantemente. Mérito: A alíquota de 4% (instituída pela Lei Estadual nº 10.260/89) figurou corretamente nos cálculos da contadoria judicial, posto que a progressividade tributária prevista na Lei Estadual nº 11.413/96, vigente à época do fato gerador do imposto de transmissão mortis causa, colide com os ditames constitucionais; os quais enumeram taxativamente os impostos que podem ser exigidos de forma progressiva, a exemplo dos arts. 153, § 2º, inc. I e § 4º; 156, § 1º; e 182, §4º da atual Carta Magna. Agravo improvido à unanimidade de votos."

(Agravado de Instrumento 79800-7. Recife. Relator: Jones Figueiredo. Quarta Câmara Cível. Data Julgamento: 13/2/2003. Publicação: Nº DJ: 55 Data da Publicação: 21/3/2003)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

221

02

Da literalidade dos julgados supra transcritos, infere-se, pois, que o entendimento ora esposado é dominante nesta Corte de Justiça, sendo certo que, diferentemente do que quer fazer crer o ora agravante, para que seja negado seguimento a recurso com fulcro no disposto no caput do artigo 557 do Código de Processo Civil não se requer que haja unicidade de entendimentos, mas dominância, ou seja, que, majoritariamente, o Tribunal *ad quem* decida em um determinado sentido, o que, na hipótese em apreço, é o que ocorre, neste Egrégio TJPE, o que, desde já, autoriza o *decisum* ora vergastado.

Ante o exposto, voto pelo não provimento do presente agravo regimental, mantendo-se, em sua integralidade, a decisão recorrida.

Recife, 09 de fevereiro de 2010.


Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator